

Defender

Revista da Defensoria Pública do Estado do Amazonas



2,6
milhões
de atendimentos



Atendimento mais ágil

Nudesa, Judiciário e Poder Executivo criam Câmara

Premiação

Polo do Alto Rio Negro vence Prêmio Innovare com projeto que disponibiliza intérpretes indígenas

Assistência de Ouro

Atleta amazonense fica entre os melhores patinadores de velocidade do Mundo, após atuação da DPE-AM

Defensor Público Geral

Ricardo Queiroz de Paiva

Subdefensora Pública Geral

Manuela Cantanhede Veiga Antunes

Corregedor-geral

Marco Aurélio Martins da Silva

Subcorregedora

Karlla Alyne Queiroz D'Oliveira

Subcorregedor

Inácio de Araújo Navarro

Defender

Revista da Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Edição semestral

#8/Janeiro de 2024

Produção Editorial

Diretoria de Comunicação da
Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Coordenação

André Alves e José Augusto Souza

Edição

Kelly Melo

Projeto Gráfico e Diagramação

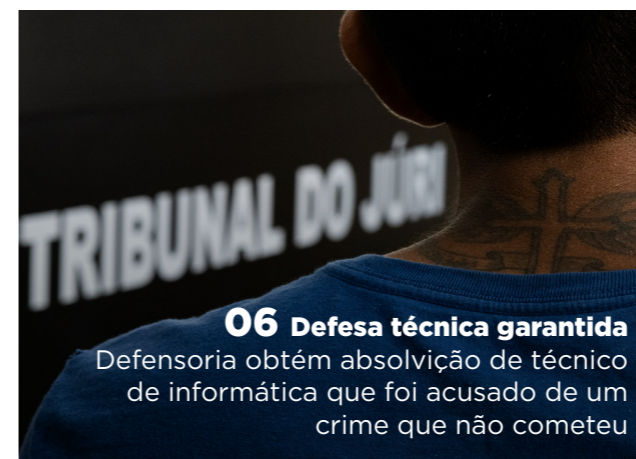
Paulo Maciel e Ana Paula Dutra

Fotos

Evandro Seixas e Fernando Crispim

Sede Administrativa: Avenida André Araújo, nº 679, Aleixo - Manaus/AM
Informações: Disk 129 | www.defensoria.am.def.br

SUMÁRIO



06 Defesa técnica garantida
Defensoria obtém absolvição de técnico de informática que foi acusado de um crime que não cometeu

Evandro Seixas/DPE-AM



20 Assistência jurídica que vale "ouro"
Atleta amazonense fica entre os melhores patinadores de velocidade do Mundo, após atuação da DPE-AM

Evandro Seixas/DPE-AM

08 Mais tempo para cuidar da filha

Com apoio da Defensoria, cabo da PM consegue redução da carga horária de trabalho para acompanhar tratamento da filha com deficiência

10 Atendimento em saúde mais ágil

Defensoria, Judiciário e Poder Executivo criam Câmara para dar celeridade no atendimento a demandas de saúde

14 DPE na Mídia

Veja alguns assuntos que foram destaque na imprensa

16 Expansão, inclusão e acesso à Justiça

Em 2023, a DPE-AM chega à marca histórica de mais 2,6 milhões de atendimentos, com o compromisso de ser agente de transformação social em todo estado

22 Educação e inclusão para alunos com TEA

DPE-AM em Iranduba assegura na Justiça medidor a estudante de 7 anos



24 Entrevista
Danilo Germano fala dos desafios do projeto Defensoria Intinerante

Evandro Seixas/DPE-AM

26 Nova gestão

Defensor-geral eleito para o biênio 2024-2026 fala dos desafios para a próxima gestão

27 Artigo

Custos Vulnerabilis Constitucional: tese genuinamente amazonense chegou ao STF



Agente de Transformação Social

Estar perto do povo é uma missão que a Defensoria do Amazonas tem levado à risca. Não à toa, nos últimos quatro anos a instituição expandiu seus limites e hoje alcança 60 dos 62 municípios do estado. Esse alcance pode ser facilmente traduzido em números: de 2020 a 2023, a DPE-AM praticou mais de 2,6 milhões de atos de atendimentos, permitindo que pessoas como a dona Maria Silva, moradora do município de Eirunepé, pudesse resolver a situação da certidão de óbito de um familiar; ou como o pescador Mizael Lima, que durante uma ação da Carreta da Defensoria, na zona rural de Manacapuru, recebeu amparo para não só permitir que ele tivesse acesso a 2a via da sua certidão de nascimento, como também pudesse tirar, pela primeira vez, um documento de identidade e exercer, de fato, a sua cidadania. E números vão além de meros dados. São a prova de que a DPE-AM está mais presente na vida das pessoas, mudando a realidade de milhares de amazonenses, como agente de transformação social, levando garantia de direitos e acesso à Justiça às regiões mais distantes, seja na capital ou no interior. Por isso, nesta 8a edição, a Revista Defender traz um compilado das ações de defensores e defensoras públicas, servidores e estagiários que contribuem diariamente para o crescimento institucional e fazem dessa casa um “ombro amigo” para a população em situação de vulnerabilidade social. Falando

nisso, você vai conhecer o caso de um técnico de informática que foi absolvido de um crime que nunca cometeu (pág. 6), graças a uma defesa técnica e qualificada, adotada pela DPE no tribunal do Júri. Também vai ver que a Defensoria ajudou uma mulher, mãe de uma criança com deficiência, a obter, por meio judicial, a redução da carga horária de trabalho para acompanhar de perto o tratamento da filha (pág. 8). Nesta edição, você ainda vai entender como o Polo do Alto Solimões auxiliou um jovem atleta de Tabatinga a se tornar medalhista e ficar entre os melhores patinadores de velocidade do mundo (pág. 18). E como a implantação da Câmara de Resolução de Litígios em Saúde vai evitar a judicialização de processos e desburocratizar o acesso a tratamentos e produtos ofertados pelo SUS (pág. 10). Por fim, a Defender traz um apanhado das ações implementadas pela atual gestão, para garantir direitos à população que mais precisa, e os projetos da nova administração, que vai assumir a partir de março.

2024 está só começando.
Boa leitura!


Ricardo Paiva
Defensor Público-Geral DPE/AM

ONLINE



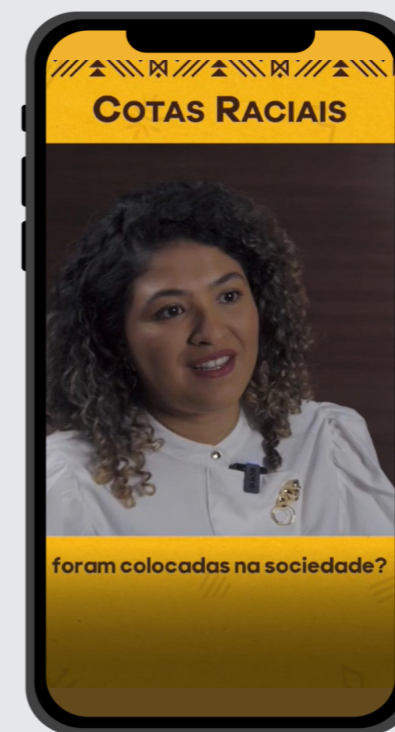
Inclusão e acessibilidade

O Grupo de Trabalho (GT) voltado a políticas de inclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência da DPE-AM criou uma página especial, na intranet da instituição, para divulgar ações que estão sendo realizadas juntos dos núcleos e outros órgãos. O principal objetivo do GT é concentrar as informações em um mesmo espaço, discutir e tirar dúvidas sobre diversos temas como capacitismo e etarismo virtual. Bliz educativas também estão sendo realizadas. A proposta é viabilizar melhorias imediatas para o público PCD.



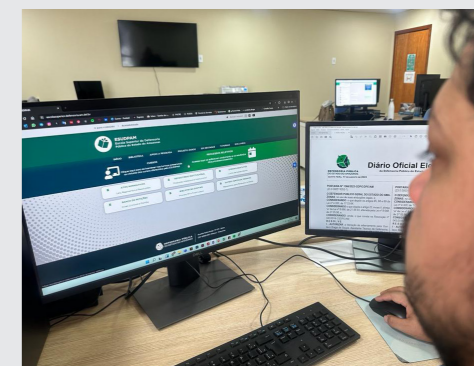
Cotas Raciais

No mês da Consciência Negra, a Defensoria e a Esudpam lançaram a série especial “Cotas Raciais – Questão de Justiça”. São cinco episódios, no estilo minidocumentário, que tratam de maneira didática e contundente sobre racismo no Brasil e como a política de cotas pode contribuir para a diminuição das desigualdades raciais. Produzida pela Diretoria de Comunicação, a série traz os depoimentos das defensoras públicas negras Amanda Farias, Emille Santos, Raquel Marinho e Suian Lopes. Elas foram empossadas em 2022 após serem aprovadas no primeiro concurso público da DPE-AM com política de cotas raciais. Os episódios estão disponíveis no Instagram e no Youtube.



Site oficial

A Esudpam também lançou um novo portal para organizar as informações relacionadas a escola. No site escolasuperior.defensoria.am.def.br, é possível acessar gratuitamente materiais exclusivos, tutoriais, biblioteca digital e tudo sobre editais, provas dos processos seletivos, os atos normativos, além de uma vasta produção intelectual e institucional. Confira!



Acesse também nossas redes sociais e fique por dentro de todas as atividades da DPE-AM.

 [defensoria.am](https://www.instagram.com/defensoria.am)

 [DPEAM](https://www.facebook.com/DPEAM)

 [@DefensoriaPublicadoAmazonas](https://www.youtube.com/@DefensoriaPublicadoAmazonas)



Defesa técnica garantida

Defensoria obtém absolvição de técnico de informática que foi acusado de um crime que não cometeu

Fotos: Raphael Alves/TJAM

O que diz o Código de Processo Penal:

Art. 226. Quando houver necessidade de fazer-se o reconhecimento de pessoa, proceder-se-á pela seguinte forma:

- I -** a pessoa que tiver de fazer o reconhecimento será convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida;
- II -** a pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la;
- III -** se houver razão para recear que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não veja aquela;
- IV -** do ato de reconhecimento lavrar-se-á auto pormenorizado, subscrito pela autoridade, pela pessoa chamada para proceder ao reconhecimento e por duas testemunhas presenciais.

Depois de conviver por mais de 10 anos à sombra de um crime que não cometeu, o técnico de informática Leandro Macedo, 33, pôde, finalmente, respirar aliviado. Ele foi absolvido da acusação de tentativa de homicídio, após Defensoria comprovar que ele nunca esteve no local do crime e que foi submetido a um reconhecimento que desrespeitou o procedimento legal.

Em abril de 2011, Leandro foi conduzido a uma delegacia, suspeito do crime contra um adolescente de 14 anos, apenas por usar um apelido comum e ter as características físicas similares à de um dos supostos autores.

“Todo o erro na investigação se iniciou porque o Leandro possuía o mesmo apelido (Léo) de um dos suspeitos e as características físicas similares de outro, descrito como sendo um jovem negro e magro. Ele foi retirado de sua casa e levado à delegacia, onde a vítima o ‘reconheceu’ em uma sala sem outras pessoas com as mesmas características”, explicou a defensora pública Daniele Fernandes, que atuou na defesa do réu.

Para a defensora, o método de reconhecimento adotado na delegacia foi diverso do que determina o artigo 226, do Código de Processo Penal (CPP). O julgamento foi realizado no Fórum Henoch Reis, na Zona Centro-Sul de Manaus.

No decorrer da sessão, a vítima prestou depoimento pela primeira vez e confirmou que o técnico de informática não havia participado do atentado contra. Além disso, relatou que na época era muito jovem e que não estava em condições psicológicas para fazer o reconhecimento. “O Leandro foi acusado desse crime apenas por ser um jovem negro e periférico”, complementou Fernandes.

Absolvido

Ao final das oitivas das testemunhas e dos debates, o técnico de informática foi considerado inocente pelo Conselho de Sentença e agora vai poder retomar a vida, longe de qualquer acusação. “Eu fiquei muito emocionado quando recebi a sentença, porque parecia que tinha saído um peso das minhas costas. Por muito tempo, perdi propostas de emprego, tive dificuldades para arcar com as despesas da minha família, e sofri muitos constrangimentos. Hoje posso olhar para frente, de cabeça erguida, e recomeçar a minha vida”, disse Leandro. 🗣️

“O papel da Defensoria foi fundamental não só para provar que o Leandro era inocente, mas que ele próprio foi vítima de um erro na condução das investigações.

Mais um caso clássico de erro de reconhecimento que leva centenas de inocentes, em sua maioria negros e pobres, às prisões em todo o Brasil”

Daniele Fernandes
Defensora Pública



Mais tempo para cuidar da filha

Com apoio da Defensoria, cabo da PM consegue a redução da carga horária de trabalho para acompanhar tratamento da filha com deficiência.

Texto: Isabella Lima

Fotos: Evandro Seixas/DPE-AM

“Foi muito importante ter a ajuda do Grupo de Trabalho de Assistência Jurídica ao Policial Militar da Defensoria. Sou grata pelo atendimento atencioso e pelo cuidado de informar sobre cada etapa”.

A declaração é de uma mãe, cabo da Polícia Militar, que conseguiu a redução da carga horária de trabalho, após ingressar com uma ação na Justiça, por meio da Defensoria. A filha, de apenas três anos, foi diagnosticada com paralisia cerebral e dependia exclusivamente da mãe, para realizar acompanhamento especializado para ter qualidade de vida.

Antes da ação, a militar já havia solicitado a redução de horário, mas o pedido foi negado por não existir uma lei específica sobre o assunto. Por isso, a policial militar recorreu à Defensoria, em busca de assistência jurídica.

De acordo com o GTPM, a mulher possuía todos os laudos que comprovavam a urgência de cuidado especializado para a filha e o risco em perder as habilidades já alcançadas,

caso o tratamento da criança fosse interrompido. O processo tramitou na 2ª Vara da Fazenda Pública.

Após analisar o pedido da DPE, a Justiça amazonense determinou a redução de 30% da carga horária de trabalho da policial, para que ela pudesse cuidar e acompanhar todas as atividades da filha com deficiência. Uma vitória que influenciou diretamente a rotina desta família.

“Com essa ação, quem ganhou na verdade foi a minha filha, já que agora vou conseguir acompanhar todas as terapias dela”, relatou a PM.

"Sou grata ao GTPM pelo atendimento atencioso e pelo cuidado de informar sobre cada etapa"



Um ano de atendimentos

Em 2023, o GTPM completou um ano de atividades, com mais de

600 atendimentos

em demandas relacionadas a promoção, jornada de trabalho e licença especial. O grupo oferece assistência jurídica gratuita aos policiais militares do estado, nas áreas de Direito da Família, Direito Público e Militar, tanto no âmbito administrativo quanto penal. Atualmente, a unidade funciona dentro do Comando-Geral da PMAM.

Dentre os principais serviços, estão as propostas de acordos em mandados de segurança visando as promoções em atraso de policiais militares.

As promoções são obrigatórias e ocorrem três vezes ao ano. Por meio do GTPM, a Defensoria já obteve êxito em pelo menos duas liminares e seis acordos judiciais, prezando pela solução consensual dos conflitos.

Com intérpretes indígenas, Polo do Alto Rio Negro vence prêmio Innovare

Iniciativa da DPE-AM foi uma das mais de 770 práticas de acesso à Justiça concorrentes

O Polo do Alto Rio Negro da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) venceu o 20º Prêmio Innovare, na categoria Destaque – 2023 (Prêmio Márcio Tomás Bastos), com o projeto “Poranga Pesika – Por uma Defensoria Intercultural”, que disponibiliza intérpretes indígenas para garantir o acesso da população à Justiça em São Gabriel da Cachoeira, cidade mais indígena do Brasil, e arredores. A cerimônia foi realizada no Supremo Tribunal Federal (STF), em dezembro. A defensora pública Isabela Sales e a

intérprete Daniele Arantes receberam o prêmio das mãos do ministro aposentado do STF Ayres Britto, e de Marcela Bastos, filha do ex-Ministro Márcio Tomás Bastos (falecido em 2014). Para vencer as barreiras de comunicação e em respeito à diversidade de culturas da região, o atendimento ao público conta com falantes de Tukano, Baniwa, Nheengatu, Hupdah e até espanhol, por conta de venezuelanos e colombianos que também buscam os serviços da DPE-AM, no município. Nesta edição, o Prêmio Innovare

contou 773 práticas inscritas. O prêmio busca identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil.



Ação Judicial

Polo do Purus aciona a Justiça para restabelecer energia em comunidades ribeirinhas

Moradores ficaram sem o serviço regular por, pelo menos, cinco meses

Texto: Giovanna Andrade e Fotos: Divulgação-DPE/AM



O Polo do Purus, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Município de Lábrea, ingressou com uma ação civil pública contra a Amazonas Energia devido a interrupção no serviço de energia elétrica em 13 comunidades ribeirinhas. O fornecimento foi interrompido, por danos causados na estrutura que levava energia às comunidades.

O problema se estendeu por cinco meses e só foi restabelecido no final

do mês de setembro. Apesar da retomada, os danos foram incalculáveis, afetando o funcionamento dos postos de saúde e escolas. “O fornecimento de energia é um serviço essencial, que faz toda a diferença na vida das pessoas. E falta dela impacta diretamente no funcionamento dos serviços básicos”, disse a coordenadora do Polo, Rachel Marinho.

Entre outras demandas, na ação, a Defensoria e a PGM de Lábrea pedem que cada comunidade seja indenizada

em R\$ 500 mil, para a realização de melhorias e investimentos no sistema de infraestrutura, totalizando o valor de R\$ 6,5 milhões.

E o pagamento de indenização a título de dano social no valor de R\$ 1 milhão, destinado à compra de cestas básicas e doadas à instituição de caridade do município de Lábrea. A Defensoria aguarda a manifestação do juízo competente.

Atendimento em saúde mais ágil

Defensoria, Judiciário e Poder Executivo criam Câmara para desjudicializar e dar celeridade nas demandas de saúde

Texto: **Kelly Melo**

Fotos: **Evandro Seixas/DPE-AM**



Inspirado em um modelo existente no Rio de Janeiro, o Núcleo de Defesa da Saúde (Nudesa) da DPE-AM, em parceria com o Poder Judiciário, Governo do Estado e Prefeitura de Manaus, implantaram a Câmara de Resolução de Litígios de Saúde. O instrumento visa evitar o ajuizamento de ações judiciais e desburocratizar o acesso a medicamentos, consultas e tratamentos médicos regulados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A instalação da Câmara foi oficializada em setembro e, desde então, já obteve 60% de resolutividade, nas demandas recebidas. Ela funciona dentro do Nudesa, priorizando situações que envolvem dificuldades no acesso a medicamentos, exames, consultas e outros produtos de saúde (terapia, tratamentos e insumos, por exemplo), e busca soluções extrajudiciais perante o Estado e Município, cada um na sua esfera de atuação.

“Nós estamos construindo um modelo ousado e esperamos ter a possibilidade de ampliar o nosso campo de

atuação, em breve. O nosso principal foco, inicialmente, será desjudicializar o que for possível, mas temos a expectativa de que a Câmara, em um futuro próximo, possa também nos trazer informações técnicas para aquelas demandas em que não chegarmos a um acordo extrajudicial, de modo a termos subsídios mínimos para uma judicialização qualificada. Então, esse é um momento de união de esforços, onde todos os entes mostram o interesse e compromisso de desburocratizar por um acesso célere à saúde para a população que mais precisa”, destacou o defensor Arlindo Gonçalves, coordenador do Nudesa.

A Câmara de Resolução de Litígios de Saúde é composta por servidores estaduais e municipais, como advogados, assistentes sociais e profissionais da saúde, que analisam cada situação que chega e verificam se aquele caso pode ser resolvido extrajudicialmente. Em caso positivo, eles encaminham o paciente para a solução do problema, dando fluidez e celeridade ao

atendimento. Além da Defensoria, fazem parte da Câmara as secretarias do Estado (SES-AM) e Município (Semsa), Procuradoria-geral do Estado (PGE), Procuradoria-geral do Município (PGM), além do Comitê Estadual de Saúde e o Poder Judiciário.

“Contamos com um corpo heterogêneo para avaliar caso a caso e atuamos como uma ponte entre a Defensoria e as secretarias para facilitar o acesso a dar celeridade aos casos que chegam até a gente. Ainda estamos em fase de adaptação, mas os resultados se mostram muito positivos”, avaliou a coordenadora Caroline Araújo.

A cada três meses, os membros da Câmara vão participar de reuniões para avaliar os ajustes a serem feitos. “Estamos concretizando um sonho, pois estamos avançando nas questões de saúde. E a Defensoria vai ser a nossa principal porta aberta, porque é lá que estão os mais necessitados”, afirmou a juíza Etelvina Lobo Braga, coordenadora do Comitê Estadual da Saúde. 🗣️

“

O nosso principal foco é desjudicializar o que for possível e, em um futuro próximo, termos informações técnicas para que, naquelas demandas em que não chegarmos a um acordo, possamos ter subsídios mínimos para uma judicialização qualificada”

Defensor Público Arlindo Gonçalves, coordenador do Nudesa



Defensoria auxilia pacientes renais em processo contra hospital



Em agosto, a Defensoria Pública do Estado do Amazonas assegurou a continuidade da prestação de serviços de hemodiálise aos pacientes que realizam terapia renal substitutiva no Hospital Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas, por meio de liminar proferida pela Justiça do Amazonas.

À época, o hospital havia informado a suspensão do serviço, devido ao fim do contrato da clínica com a SES-AM. Na ação, além de determinar a manutenção da prestação do serviço aos pacientes renais, a Justiça estipulou ainda uma multa de R\$ 30 mil por dia, em caso de descumprimento.

Cidadão Manauara

O defensor público-geral, Ricardo Paiva, recebeu o título de Cidadão de Manaus, concedido pela Câmara Municipal de Manaus (CMM), pelos relevantes serviços prestados à população. Em outra ocasião, Paiva também foi agraciado com a Medalha e Diploma do Mérito Acadêmico concedidos pela Escola Superior da Magistratura (Esmam).



Valorização da maternidade

A DPE-AM instituiu a Política de Valorização da Maternidade para promover a dignidade materna das defensoras e servidoras e de seus filhos. A nova medida possibilita que o trabalho seja exercido em formato remoto e/ou que haja a redução na jornada de trabalho, a partir da 36ª semana de gestação até os dois anos de vida da criança, para realizarem o aleitamento durante todo o período de amamentação e garantir o resguardo da saúde.



Projeto 'Esperançar'

O Polo do Baixo Amazonas implementou o projeto 'Esperançar' na Delegacia de Polícia de Nhamundá. A iniciativa consiste em promover a remissão de pena às pessoas privadas de liberdade.



Atendimento em Beruri

O Polo Rio Negro-Solimões atendeu mais de 70 famílias vítimas do deslizamento de terra ocorrido na Vila do Arumã, em Beruri (AM). A ação foi realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) e o Cartório Extrajudicial de Registro Civil de Beruri, para identificar as pessoas que necessitavam da segunda via da certidão de nascimento, entre outras demandas. A Defensoria segue acompanhando o caso.



Pesquisa de satisfação

Em 2023, o índice de satisfação dos assistidos da DPE-AM, em relação aos serviços prestados, aumentou para 93,5%. O levantamento ouviu mais de 300 pessoas em diversas unidades da instituição, com o objetivo de identificar as oportunidades de melhoria, as forças, necessidades e demandas da população em relação a Defensoria. A última pesquisa havia sido realizada em 2017, quando o índice de satisfação ficou em 59%.



#DPE NAMÍDIA

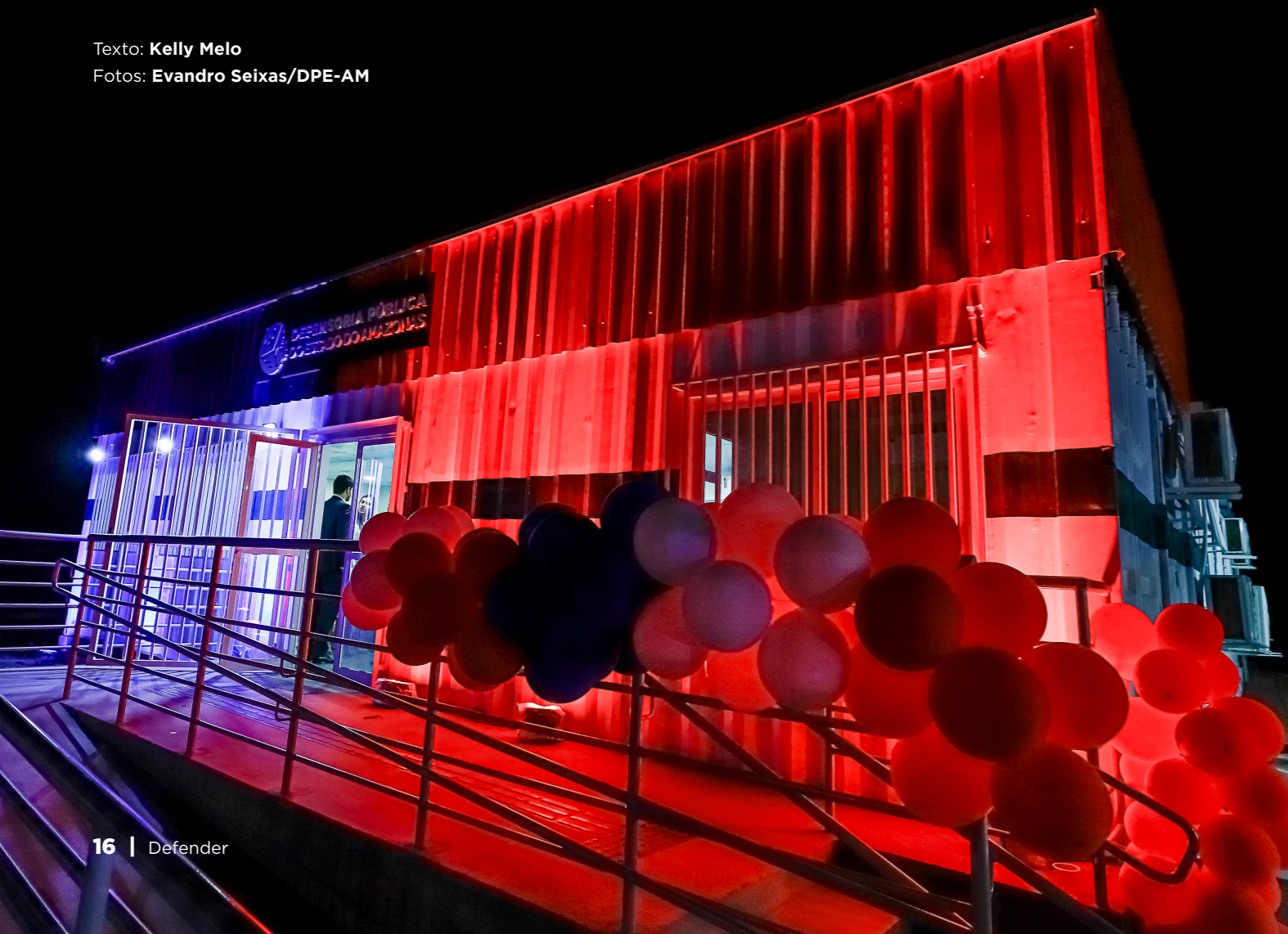
Confira alguns assuntos que foram destaque na **imprensa local e nacional**:



Expansão, inclusão e acesso à Justiça

Em 2023, a DPE-AM chega à marca histórica de mais 2,6 milhões de atendimentos, com o compromisso de ser agente de transformação social em todo estado.

Texto: Kelly Melo
Fotos: Evandro Seixas/DPE-AM

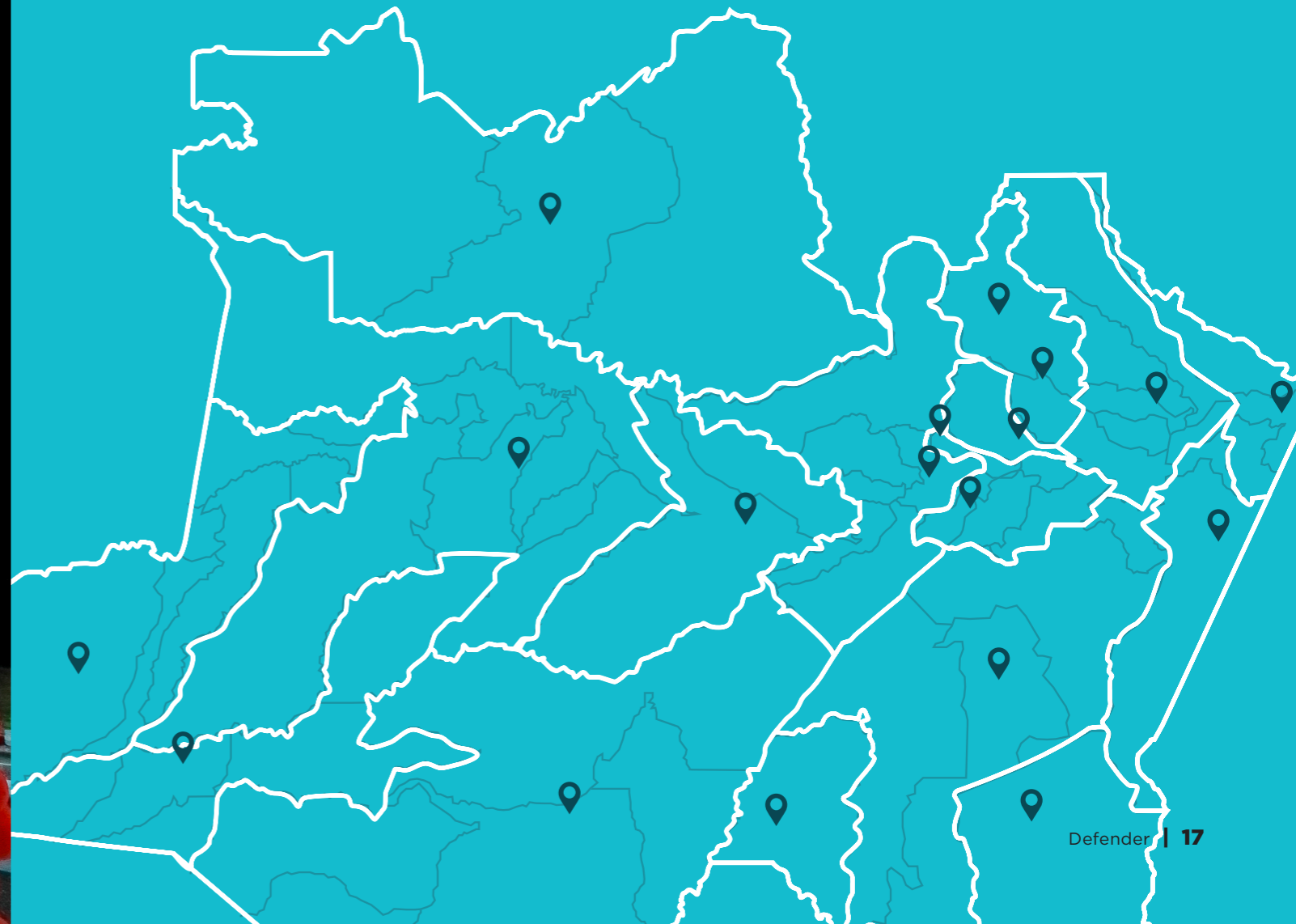


Mais de 2,6 milhões de atendimentos. Esta foi a marca alcançada pela Defensoria amazonense, entre 2020 e 2023, e reflete bem o compromisso da instituição na garantia de direitos a pessoas de baixa renda como a dona de casa Maria Cristina da Silva, moradora de Eirunepé.

“Eu só tenho a agradecer a Defensoria porque cheguei aqui, fui bem atendida, e estou saindo encaminhada. Com a Defensoria aqui, não só eu saio ganhando, mas toda a população de Eirunepé”, disse ela, durante o primeiro mutirão presencial do Polo do Juruá, ocorrido em novembro.

O caso da dona Maria é apenas um entre as mais de 812 mil demandas atendidas pela Defensoria ao longo de 2023, e só foi possível graças ao projeto de interiorização que vem se consolidando nos últimos anos, com investimentos para a construção de unidades com recursos próprios, implantação de núcleos em parcerias com órgãos municipais, ações itinerantes, dentre outros aspectos.

“A ideia é fortalecer o processo de interiorização para estar ao lado da população, de pessoas que têm dificuldade em garantir seus direitos. E o que nós queremos é, cada vez mais, garantir o acesso à Justiça a essas pessoas”, afirmou o defensor-geral, Ricardo Paiva.





Inaugurações

Atualmente, a Defensoria conta com 12 polos, cinco unidades descentralizadas e cinco unidades na Região Metropolitana de Manaus. Mais recentemente, a DPE-AM inaugurou um núcleo de atendimento em Manauquiri, que agora passa a contar com o serviço regular do órgão. Com a nova estrutura, a instituição aumenta a sua capilaridade, alcançando 60 dos 62 municípios do estado.

Além de Manauquiri, municípios como Itacoatiara (Polo do Médio Amazonas), Manicoré (Polo Médio Madeira), Maués (Polo de Maués) e Parintins (Polo do Baixo Amazonas) também ganharam novos espaços, a fim de melhorar a prestação do serviço público, oferecendo um ambiente mais confortável e seguro para seus servidores e assistidos.

“A importância da Defensoria para os assistidos é inegável, por se tratar de municípios que possuem uma grande população em situação de vulnerabilidade econômica, social e tecnológica. E a presença da Defensoria garante e promove os direitos dessa população”, afirmou a defensora pública Daniele Fernandes, do Polo de Maués.

“Acredito também no valor simbólico que um polo com a cara da Defensoria exerce, pois revela como a instituição encontra-se forte e determinada a trabalhar para efetivar a garantia de direitos a todos”, destacou defensor público Eliaquim Santos, coordenador do Médio Madeira.

Tanto na capital quanto no interior no estado, as principais demandas recebidas pela Defensoria passam pelas áreas de Família, Criminal e Cível.

Núcleo Criminal

Localizada em uma das principais avenidas de Manaus, a av. Umberto Calderaro, a unidade Criminal da DPE-AM é referência no atendimento humanizado às pessoas envolvidas em processos criminais. Inaugurada em agosto de 2023, o núcleo conta com 30 defensores, e aproximadamente 70 colaboradores. O prédio possui dois andares, 16 guichês de atendimento ao público, salas de conciliação e conferência, banheiros e um amplo estacionamento.



Nudesa

Inaugurada em dezembro, na rua Barroso, no Centro de Manaus, a unidade abriga o Núcleo de Defesa da Saúde (Nudesa) e a Câmara de Litígios em Saúde, e conta com um amplo espaço e ambiente confortável.

Eu tenho pai

Em 2023, a Defensoria passou a ofertar regularmente exames DNA gratuitos para incentivar o reconhecimento da paternidade de crianças e adolescentes, em Manaus e no interior. Nesse período, mais de 450 exames foram custeados pela instituição.

Assistência jurídica que vale "ouro"



Atleta amazonense fica entre os melhores patinadores de velocidade do mundo, após atuação da DPE-AM

Texto José Augusto Souza
Foto Evandro Seixas/DPE-AM

Sempre que o atleta Felipe Tamayo entra na unidade da Defensoria em Tabatinga (AM), a recepção é especial. A cada medalha conquistada na patinação, a família Tamayo faz questão de comemorar com os defensores e servidores do Polo Alto Solimões, cuja atuação possibilitou ao jovem participar de competições internacionais e chegar ao grupo dos 20 melhores patinadores do mundo.

O carinho da família Tamayo pela DPE-AM vem desde de 2022, quando Felipe viajou para o World Skate Games, na Argentina. Na ida, ao fazer conexão em Guarulhos (SP), o atleta foi informado no aeroporto que não poderia embarcar, devido a problemas na autorização de viagem internacional para crianças e adolescentes (à época ele tinha 17 anos).

“Eu liguei para um amigo, que avisou o meu pai, e ele foi correndo à Defensoria. Falou com o defensor público e ele conseguiu fazer uma nova autorização. Eles foram correndo até a PF de Tabatinga e de lá enviaram o documento para a PF de Guarulhos”, relembra Felipe.

Luís Tamayo, pai de Felipe, garante que a agonia em Tabatinga foi ainda maior. “Em São Paulo eram 9h, aqui eram 7h. Lembro que nesse dia a Defensoria inteira ‘parou’ para nos ajudar”, brinca.

Com a documentação resolvida, na Argentina, o tabatinguense ficou entre os 20 melhores do mundo na modalidade Patinação de Velocidade.



Participação no JEA's

A 5ª Defensoria Cível e o Núcleo de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes (Nudeca) também garantiram a alunos de uma escola pública o direito de participarem dos 44º Jogos Escolares do Amazonas (JEA's). Os estudantes, de 12 e 13 anos, tiveram as inscrições indeferidas por apresentarem identidades sem assinatura.

Na ação civil pública, as defensoras Suelen Paes e Stéfanie Sobral, argumentaram que a exigência do RG, desconsiderando o caso de constar “não alfabetizado” ou “não assina neste ato”, é tida como ilegal e infundada, já que se trata de um documento oficial, expedido pelo próprio Estado. A Justiça aceitou a justificativa e determinou que os organizadores efetuassem a inscrição dos alunos, com qualquer documento oficial.



Família de campeões

Amante da Patinação de Velocidade, Luís é o treinador do Felipe e da Mariana, a filha caçula. Recentemente, a família voltou ao Polo Alto Solimões, não para trazer demandas jurídicas, mas sim para exibir as duas medalhas de ouro e sete de prata que Felipe conquistou nos Jogos Sul-Americanos de Esportes Sobre Rodas, em Assunção, no Paraguai.

O defensor público André Beltrão, que atuou nos atendimentos

à família Tamayo, faz questão de celebrar as vitórias. “Faz parte do nosso trabalho cuidar de situações inusitadas, que não tenham soluções óbvias, como o caso da autorização urgente de viagem lá de Guarulhos. E essa família comove a gente, porque eles estão lutando por algo extraordinário. Eu nunca ganhei nenhuma medalha, mas ter contribuído de alguma forma com esses dois atletas me faz sentir um pouco olímpico também”, afirma.



“Faz parte do nosso trabalho cuidar de situações inusitadas, que não tenham soluções óbvias. E essa família comove a gente, porque eles estão lutando por algo extraordinário”

André Beltrão
defensor público

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

para alunos com TEA

DPE-AM em Iranduba assegura na Justiça mediador a estudante de 7 anos. Acompanhamento profissional fomenta a equidade e acolhimento no ambiente estudantil

Texto **Isabella Lima e Ítala Fialho**
Foto **Evandro Seixas/DPE-AM**

ADPE-AM assegurou, por meio judicial, apoio de mediador escolar para uma criança com transtorno do espectro autista (TEA) matriculada em uma escola municipal de Iranduba. O

estudante, de sete anos, precisava da ajuda de um profissional especializado para desenvolver suas atividades escolares, por apresentar dificuldade de aprendizado e fala, além de retardo no desenvolvimento cognitivo.

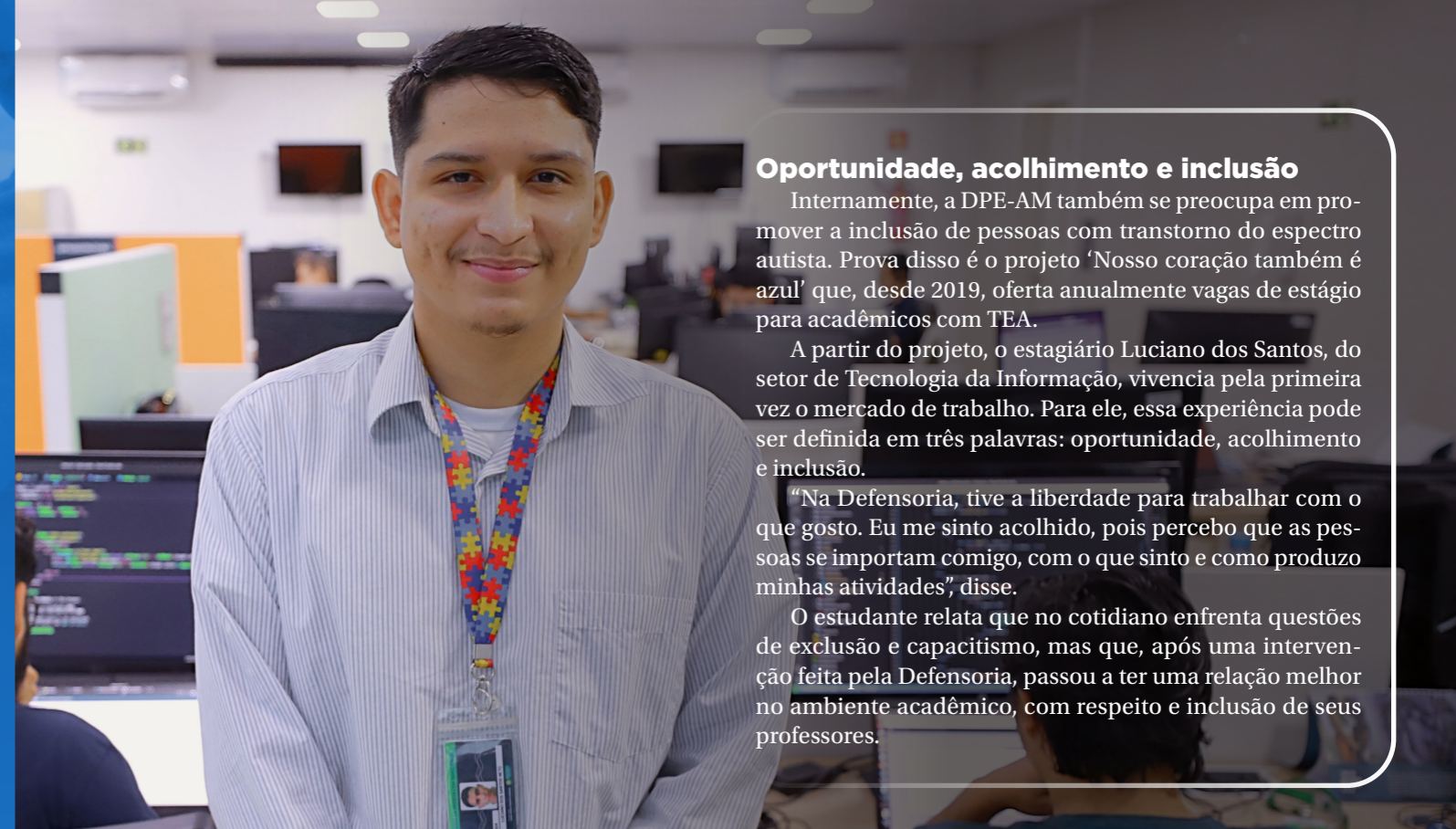
Para a Defensoria, a medida judicial foi necessária a fim de resguardar a criança o direito à educação de qualidade. Com a decisão favorável, a Secretaria Municipal de Educação de Iranduba foi obrigada a disponibilizar o mediador, para atuar individualmente em atividades internas e externas realizadas pela escola.

Desde o início de 2023, a Defensoria em Iranduba vem acompanhando a situação de alunos com TEA, que não possuem apoio de mediadores em suas atividades escolares.

“As mães afirmam que as crianças,

muitas vezes, não conseguem realizar as atividades propostas em sala de aula por causa do barulho, dos estímulos existentes no ambiente e da ausência de uma metodologia adequada. Algumas dessas mães relataram que não trabalham, pois acompanham os filhos nas aulas para que consigam realizar as atividades pedagógicas”, explicou o defensor público Danilo Garcia, que atua no município.

Por isso, a instituição instaurou um procedimento coletivo em busca de soluções junto à Prefeitura, visando a melhoria da qualidade de ensino ofertada aos alunos diagnosticados com o espectro. Órgãos municipais e estaduais já foram oficiados para prestar esclarecimentos, e a Defensoria analisa as medidas cabíveis a serem implementadas. 🧠



Oportunidade, acolhimento e inclusão

Internamente, a DPE-AM também se preocupa em promover a inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista. Prova disso é o projeto ‘Nosso coração também é azul’ que, desde 2019, oferta anualmente vagas de estágio para acadêmicos com TEA.

A partir do projeto, o estagiário Luciano dos Santos, do setor de Tecnologia da Informação, vivencia pela primeira vez o mercado de trabalho. Para ele, essa experiência pode ser definida em três palavras: oportunidade, acolhimento e inclusão.

“Na Defensoria, tive a liberdade para trabalhar com o que gosto. Eu me sinto acolhido, pois percebo que as pessoas se importam comigo, com o que sinto e como produzo minhas atividades”, disse.

O estudante relata que no cotidiano enfrenta questões de exclusão e capacitismo, mas que, após uma intervenção feita pela Defensoria, passou a ter uma relação melhor no ambiente acadêmico, com respeito e inclusão de seus professores.

O que é ?

O **Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)** é uma condição de origem neuropsicológica, que afeta a maneira de como o cérebro processa a informação que recebe e a forma como as pessoas percebem o mundo e interagem com os outros.

Atualmente existe um movimento mundial pela compreensão do espectro dentro do termo **Neurodiversidade**, um conceito que defende que uma conexão neurológica diferente é uma manifestação da singularidade humana e não uma doença que precisa ser curada.

A imagem do infinito representa a diversidade entre as pessoas que estão dentro do espectro autista, com infinitas variações e possibilidades, mesmo tendo semelhanças neurológicas entre elas.

Características

Em termos comuns, é um cérebro que funciona de outra forma. É caracterizado por déficit de interação social (ex.: dificuldade de contato visual, de fazer amigos), comunicação verbal e não verbal (linguagem repetitiva, bloqueio para começar ou manter um diálogo), assim como padrões de comportamentos repetitivos e sensibilidades sensoriais como toques.



O símbolo do TEA é um quebra-cabeça representando sua diversidade e complexidade.

No espectro não existe regra, nem uniformidade, cada autista é único, possui necessidade e condições singulares. Usa-se o termo “espectro”, por sua complexidade e diversidade. Não há só um, mas muitos subtipos do transtorno. Existem diferentes graus de leve a severo, o que implica na necessidade maior ou menor de suporte.

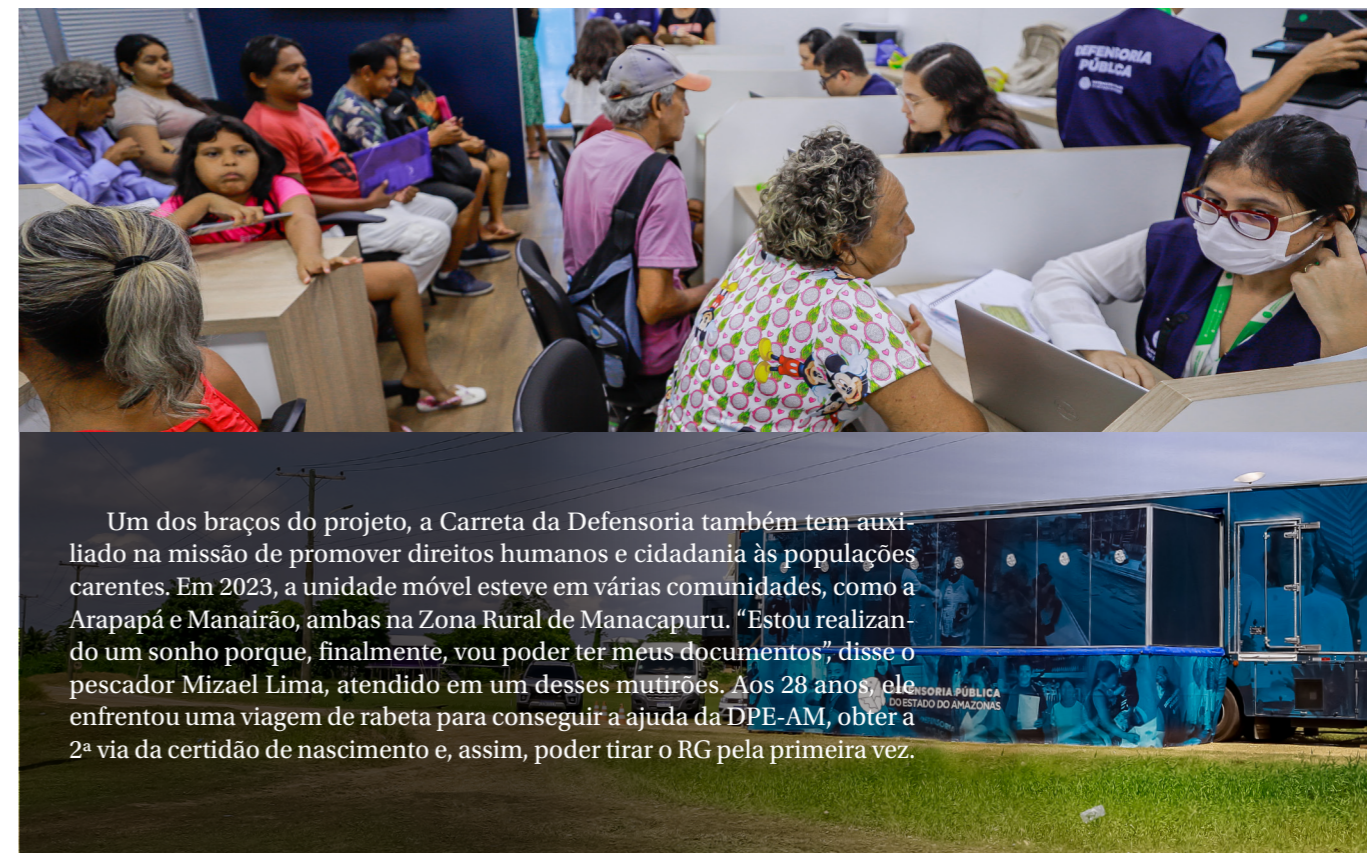
Fonte: **TJDFT**

“É uma possibilidade de levar Justiça gratuita a população que mais precisa”

Defensor público Danilo Germano fala dos desafios em levar assistência jurídica às comunidades mais distantes do AM, por meio do projeto Defensoria Itinerante.

Texto **Rayssa Coutinho**

Foto **Evandro Seixas/DPE-AM**



Um dos braços do projeto, a Carreta da Defensoria também tem auxiliado na missão de promover direitos humanos e cidadania às populações carentes. Em 2023, a unidade móvel esteve em várias comunidades, como a Arapapá e Manairão, ambas na Zona Rural de Manacapuru. “Estou realizando um sonho porque, finalmente, vou poder ter meus documentos”, disse o pescador Mizael Lima, atendido em um desses mutirões. Aos 28 anos, ele enfrentou uma viagem de rabetá para conseguir a ajuda da DPE-AM, obter a 2ª via da certidão de nascimento e, assim, poder tirar o RG pela primeira vez.

“Eu enxerguei na Defensoria a possibilidade de realizar o acesso gratuito à Justiça e lutar pelos menos favorecidos”. É assim que o defensor público Danilo Germano enxerga o trabalho realizado pela instituição. Durante a entrevista, o defensor contou sobre os desafios enfrentados na missão em garantir o acesso à justiça para todas e todos e destacou a importância das ações itinerantes na busca por uma sociedade mais justa. Com 10 anos de experiência na defesa dos direitos da população mais vulnerável, Germano tem como hobby a pesca esportiva, que além de o ajudar a descansar e clarear a mente, traz outros benefícios. “Essa prática esportiva me proporciona o contato com a natureza, com as comunidades ribeirinhas e algumas vezes, no meio da pescaria, ali, mais sossegado, eu já encontrei soluções para problemas ligados ao meu trabalho na Defensoria”, afirmou. Danilo Germano assumiu a coordenação do projeto “Defensoria Itinerante”

em setembro de 2020, após a primeira onda da pandemia de Covid-19 no Amazonas. Durante o bate-papo, contou que as primeiras ações coordenadas por ele, foram realizadas de maneira virtual, por conta do isolamento social, um cenário inédito na história da instituição, que até então, realizava apenas atendimentos presenciais. Segundo o defensor, a medida surtiu efeito positivo e foi, inclusive, adotada por outras Defensorias do país. Além disso, o ele também compartilhou insights e experiências vividas ao longo da sua trajetória na DPE-AM. Confira:

Quais são os principais desafios e benefícios em oferecer assistência jurídica por meio de atendimentos itinerantes em áreas remotas, como o interior do Amazonas?

O principal desafio é o logístico. Muitas vezes, a condução das equipes até as comunidades mais distantes é realizada em mais de um modal, combinando um aéreo com terrestre ou com

fluvial... E o benefício é justamente conseguir levar essa assistência gratuita à população que normalmente não tem o recurso financeiro para se deslocar até a cidade. Então, a Defensoria do Amazonas, através do ‘Defensoria Itinerante’, alcança essas pessoas e realiza assistência e orientação jurídica totalmente gratuita.

O projeto atende quais necessidades da população e em quais áreas do Direito?

O ‘Defensoria Itinerante’ tem a proposta principal de atender as demandas da área de Família e de Registros Públicos, mas isso não significa que outras áreas fiquem desassistidas. Quando vamos para o interior, nós deixamos um servidor ou um defensor exclusivamente para atender as demandas de aspecto criminal, por exemplo. Também levamos servidores para atender as demandas cíveis, que são um pouco mais delicadas, necessitando de mais arcabouços comprobatórios para composição de algumas

ações. Mas, ainda que o assistido não tenha todos os documentos em mãos, nós realizamos o atendimento.

Recentemente, o Governo Federal se tornou parceiro. De que forma essa parceria tem contribuído para o crescimento do projeto?

Essa parceria com o Governo Federal visa o fortalecimento do projeto. Nesse convênio estão previstos alguns requisitos, como quantidade mínima de atendimentos, que foram cumpridos até o fim do ano, e em contrapartida, a União nos fornece uma van destinada ao transporte dos colaboradores que realizam as ações. Esse tipo de apoio é fundamental, pois o transporte possui um valor alto, é um investimento robusto, e com isso, nossa equipe pode se deslocar em um veículo próprio, permitindo que os veículos da instituição fiquem disponíveis para outras demandas, fazendo com que a Defensoria chegue em cada canto do Amazonas.

Você tem alguma história ou caso que ilustre como o projeto itinerante fez a diferença na vida de alguém?

A ação mais emblemática desse projeto itinerante, sem dúvidas, foi no Distrito de Pari-Cachoeira, no rio Tiquié, que fica no município de São Gabriel da Cachoeira, na fronteira com a Colômbia. Para chegar até lá, são 48 horas de viagem de barco com motor de popa. Os assistidos chegam a levar de 5 a 8 dias de viagens quando se deslocam até o Polo Alto Rio Negro, na sede do município. Esse distrito fica localizada na Terra Indígena (TI) do Alto Rio Negro e próximo existem várias comunidades indígenas que necessitam muito de atendimento jurídico. A questão dos registros públicos é muito precária nessa região, e é comum que as pessoas não tenham registro de nascimento. Nessa ação, nós realizamos o pedido de registro tardio de uma indígena que, segundo relatos da comunidade, já tinha 81 anos. Então, foi um trabalho emblemático.

Quais são as expectativas para o futuro e como você enxerga seu papel na expansão desses serviços?

O futuro a Deus pertence, mas nós temos que construí-lo. Eu acredito que o ‘Defensoria Itinerante’ é muito importante para que a DPE-AM se conecte com a comunidade, principalmente aquelas mais distantes. E para que isso aconteça, a Administração Superior conseguiu uma emenda orçamentária, que vai permitir adquirir quatro vans para levar atendimento às áreas mais remotas. Além disso, está sendo realizado um estudo para que a Defensoria também adquira um barco para realizar atendimentos nas comunidades ribeirinhas e se permeabilizar nos lugares mais remotos para que a assistência jurídica gratuita seja efetiva.”



Uma nova direção

“Vamos trabalhar pelo fortalecimento e valorização da Defensoria na capital e interior”, afirmou Rafael Barbosa defensor-geral nomeado para o biênio 2024-2026”

Texto **Giovana Andrade**

Fotos **Evandro Seixas/DPE-AM**

Eleito pela terceira vez para comandar a DPE-AM, o defensor público Rafael Barbosa planeja uma gestão com foco no fortalecimento e valorização da Defensoria, além da promoção de melhorias significativas na capital e interior.

O defensor foi o mais votado na eleição interna da instituição e, posteriormente, escolhido pelo governador

Compromissos assumidos

A próxima gestão pretende ainda implementar medidas de valorização interna, que serão voltadas não apenas ao âmbito financeiro, mas também à melhoria dos sistemas e ferramentas de trabalho que possam impactar na qualidade de vida de todos que fazem parte da instituição.

Para o público-alvo da DPE, os assistidos, Rafael Barbosa reafirmou o compromisso de trabalhar pela eliminação das barreiras que ainda dificultam o acesso da população ao órgão. “Visamos implementar melhorias quanto à triagem e agendamento, tanto na modalidade on-line quanto presencial”, concluiu.

Processo eleitoral

A eleição para o comando da DPE-AM ocorreu sem nenhuma abstenção e contou com os votos dos 144 defensores que integram a instituição. Do total de votantes, 84 destinaram voto a Rafael Barbosa. Segunda colocada na disputa, a defensora Caroline Souza ficou com 59 votos. Já Messi Elmer Castro obteve 46 votos.

Wilson Lima como defensor público-geral, após análise da lista tríplice enviada ao chefe do executivo. A defensora Ana Karoline Pinto será a subdefensora-geral.

“Sou muito grato pela confiança em mim depositada para, mais uma vez, gerir a Defensoria do Amazonas. Tivemos gestões anteriores de muito crescimento e também de muitos desafios. Precisamos continuar avançando sem descuidar

Experiência

Rafael Barbosa já esteve à frente da DPE-AM entre 2016 e 2020, período em que realizou feitos históricos, como a expansão da instituição para o interior do estado, com a inauguração de cinco Polos de atendimento, em Parintins, Itacoatiara, Humaitá, Tefé e Tabatinga. Em Manaus, inaugurou a administrativa, no Aleixo, com uma estrutura ampla e moderna.

À frente da DPE, Barbosa também foi responsável pela implementação do auxílio-saúde e o aumento no valor do auxílio-alimentação para os servidores.

de tudo o que conquistamos até agora”, afirmou ele.

Na eleição interna, Rafael contou com uma aprovação expressiva de quase 60% da preferência entre os defensores, o que, segundo ele, se deu pela experiência de gestão adquirida nos mandatos anteriores, bem como à criatividade da equipe escolhida para compor a administração superior.

Conheça a nova subdefensora-geral



Ana Karoline dos Santos Pinto, é defensora do Amazonas há 10 anos e foi escolhida para fazer parte da administração superior como subdefensora-geral e vai atuar ao lado de Rafael Barbosa no biênio 2024-2026.



“Custos Vulnerabilis Constitucional: Tese genuinamente amazonense chegou ao STF”

Por **Maurílio Casas Maia, defensor público**

Era uma manhã de maio de 2014. Eu estava atuando no Núcleo Criminal da Defensoria Pública do Amazonas, quando precisei acessar o site do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para minha (infeliz) surpresa, a manchete era algo sobre negar legitimidade à Defensoria Pública do Rio Grande do Sul para a defesa de coletividade duplamente vulnerável.

Naquela ocasião, eu não tinha sequer um ano enquanto defensor, mas as finalidades institucionais já estavam internalizadas e muito claras em mim. E, ora, não seria uma coletividade de pessoas idosas-consumidoras, usuárias de planos de saúde, a personificação da vulnerabilidade deflagrada da missão constitucional da Defensoria Pública? Para mim, era óbvio que sim. Contudo, até ali, para o STJ, ainda não.

Para parte dos ministros do STJ, naquele momento, parecia haver uma confusão entre o papel do Ministério Público (enquanto fiscal da lei) e a missão constitucional da Defensoria. E isso me fez refletir. Cheguei em casa, deitei em uma rede e, entre um balanço e outro, li e reli a decisão e questionei: Por que os ministros confundiram a atuação da Defensoria Pública com a função de “fiscal da lei”, do Ministério Público? Como diminuir os males desses preconceitos enraizados sobre as atribuições da Defensoria Pública?

Foi então que passei a pensar sobre a missão da Defensoria: Na defesa de pessoas necessitadas. Notei o quanto a Defensoria necessitava de uma

expressão capaz de simbolizar, didática e pedagogicamente, sua real dimensão para facilitar a vida de estudantes, professores e demais profissionais jurídicos para compreender, mais facilmente, os verdadeiros potenciais protetivos do “Estado Defensor”. Foi aí que, solitariamente, busquei o dicionário de latim e ali, encontrei os “vulneráveis” e passei a escrever – numa rede amazônica a balançar –, o primeiro ensaio jurídico sobre a Defensoria Pública como a guardiã constitucional dos vulneráveis (“Custos Vulnerabilis”).

Desde a primeira publicação, como breve ensaio, em junho de 2014, até a sua chegada ao Supremo Tribunal Federal (STF), já se vão quase 10 anos de lutas pela (re)afirmação da genuína identidade da Defensoria Pública Brasileira. Nesse tempo, o Amazonas deu muitas outras contribuições à tese, com excelentes decisões do Tribunal de

Justiça do Amazonas (TJAM) ou com a 1ª Resolução de Conselho Superior com grandes detalhamentos da função. E, vale acentuar o nome da decana Domingas Laranjeiras: a primeira defensora do país admitida como Custos Vulnerabilis em um Tribunal (2016).

Hoje, a peculiar defesa dos vulneráveis é uma crença compartilhada com a sociedade e por muitos(as) escritores(as). Prova-se isso com a brilhante decisão recente do ministro Barroso (STF, ADPF n. 709, Out. 2023), acolhendo expressamente a proposta amazônica para a defesa dos vulneráveis, citando sua origem.

Em verdade, a dedicação de defensores(as) à tese da proteção dos vulneráveis, por todo Brasil, tornou-a grande: “Foi o tempo que dedicaste (...) que a fez tão importante”. Vida longa à Defensoria Pública, emancipadora constitucional das pessoas vulnerabilizadas.





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO AMAZONAS

